



**A REORIENTAÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO  
INDUSTRIAL  
BRASILEIRO**

**IBGC**

**26/3/2015**



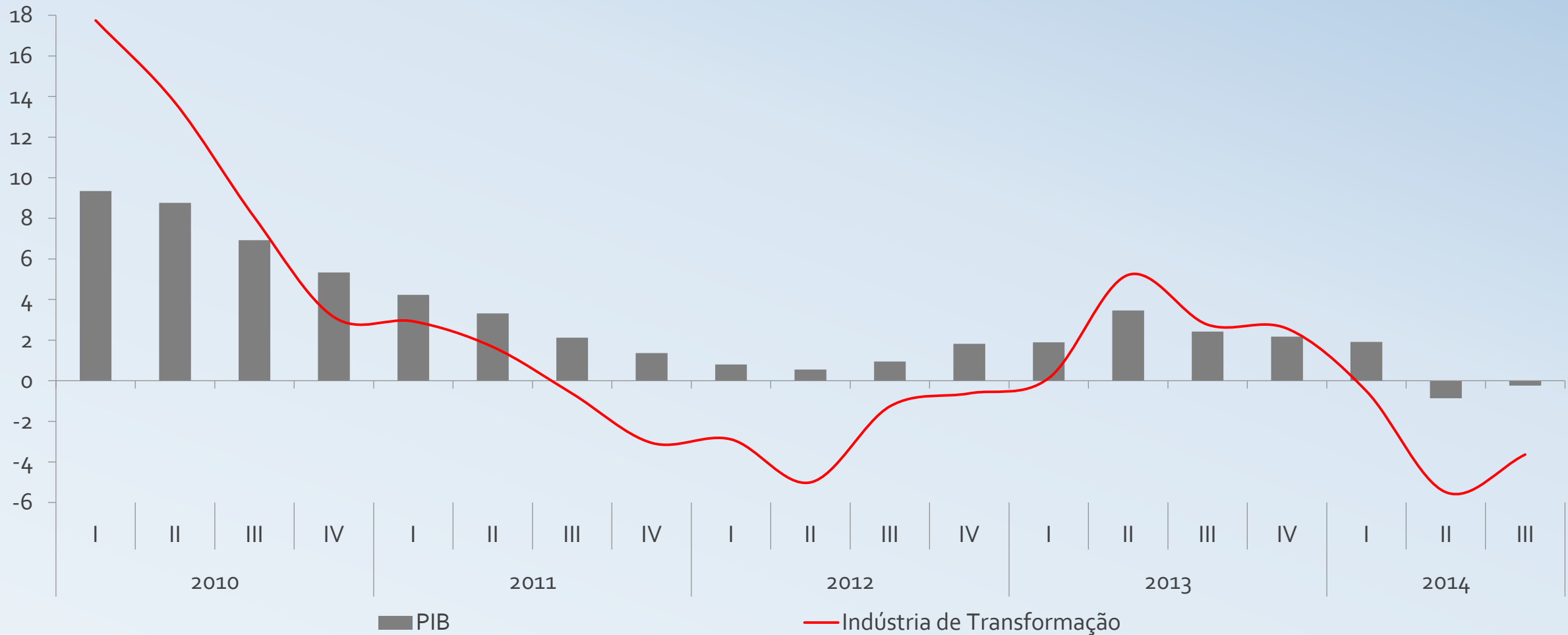
A etapa muito negativa que a indústria brasileira está atravessando vem desde a crise mundial.

- A produção hoje é 7% inferior à do período imediatamente anterior à crise global, ou seja, agosto de 2008.
- Há três trimestres o PIB da indústria de transformação é negativo, contribuindo para o declínio do PIB.

# A Situação Industrial



PIB - Taxa Trimestral com Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior - %  
Fonte: IBGE



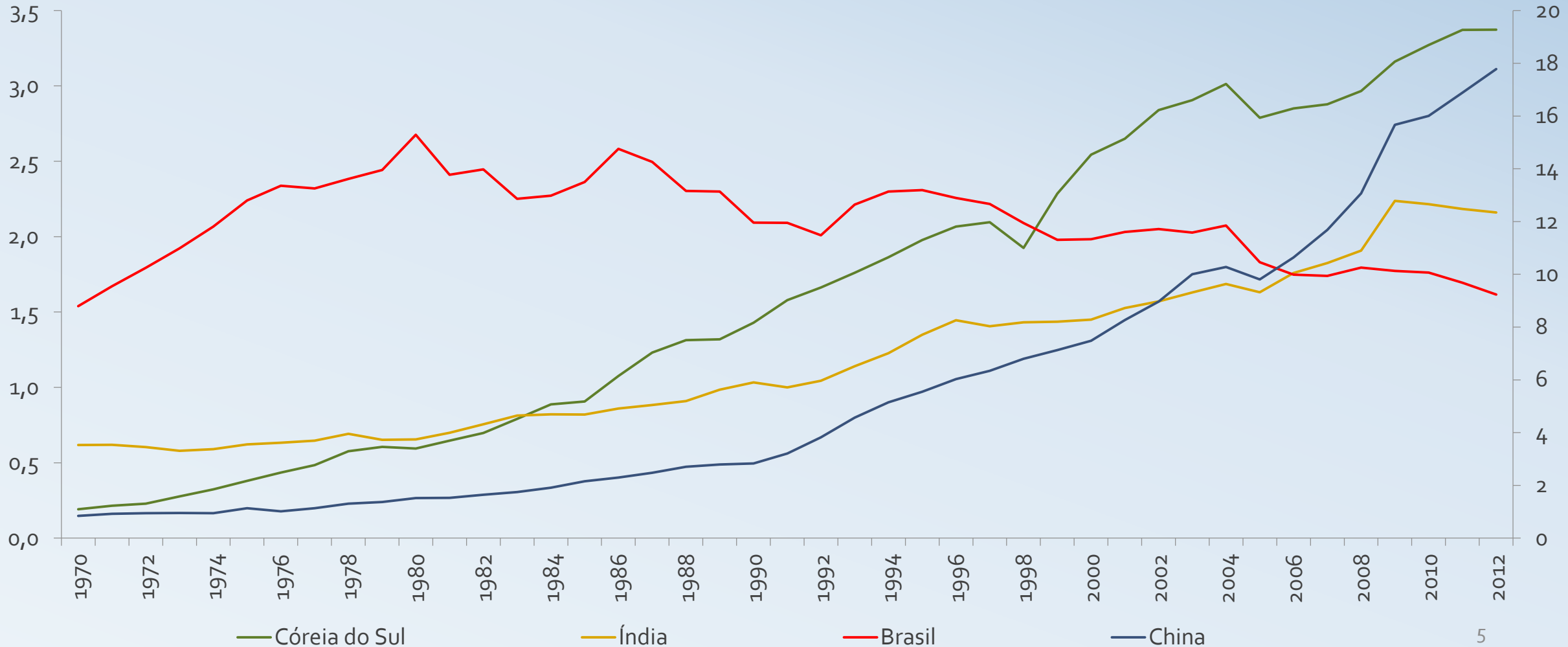
No âmbito mundial a participação da indústria brasileira vem recuando, sendo ultrapassada pelo avanço de outras economias emergentes:

- Em 1980 o Brasil respondia por 2,7% do valor agregado industrial do mundo, ocupando a 7º colocação no ranking e liderando os países emergentes.
- Posição atual: 11º lugar com apenas 1,6% do valor agregado e clara tendência de declínio.

# A declinante presença no cenário mundial



Valor Agregado de Manufatura - % do Total Mundial - China: Lado Direito  
Fonte: ONU



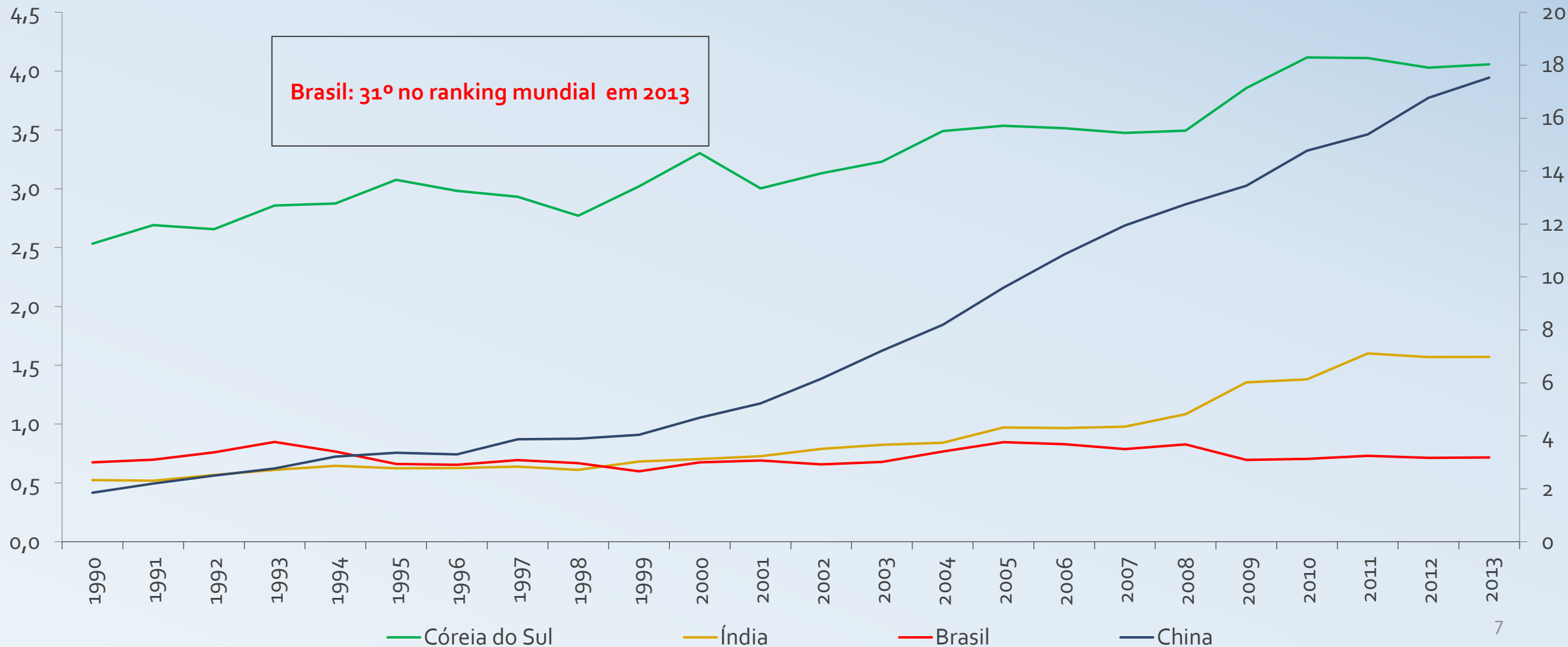
Segundo a OMC nossas exportações totais correspondiam em 2013 a 1,3% das exportações mundiais; ocupávamos a modesta 22<sup>a</sup> posição.

Em produtos manufaturados, éramos no mesmo ano apenas o 31<sup>o</sup> exportador, com 0,7% das exportações mundiais.

Em 2014 devemos ter perdido mais posições.

# A inexpressiva exportação de manufaturados | E D I

Exportação de Manufaturados % do Total Mundial China: Eixo Direito –  
Fonte: OMC



Seu desempenho é frágil e sua expressão mundial é cada vez menor.

Isto reflete a competitividade cadente do setor, motivada por duas ordens de fatores:

- Fatores externos à dinâmica industrial;
- Fatores relativos ao próprio setor.



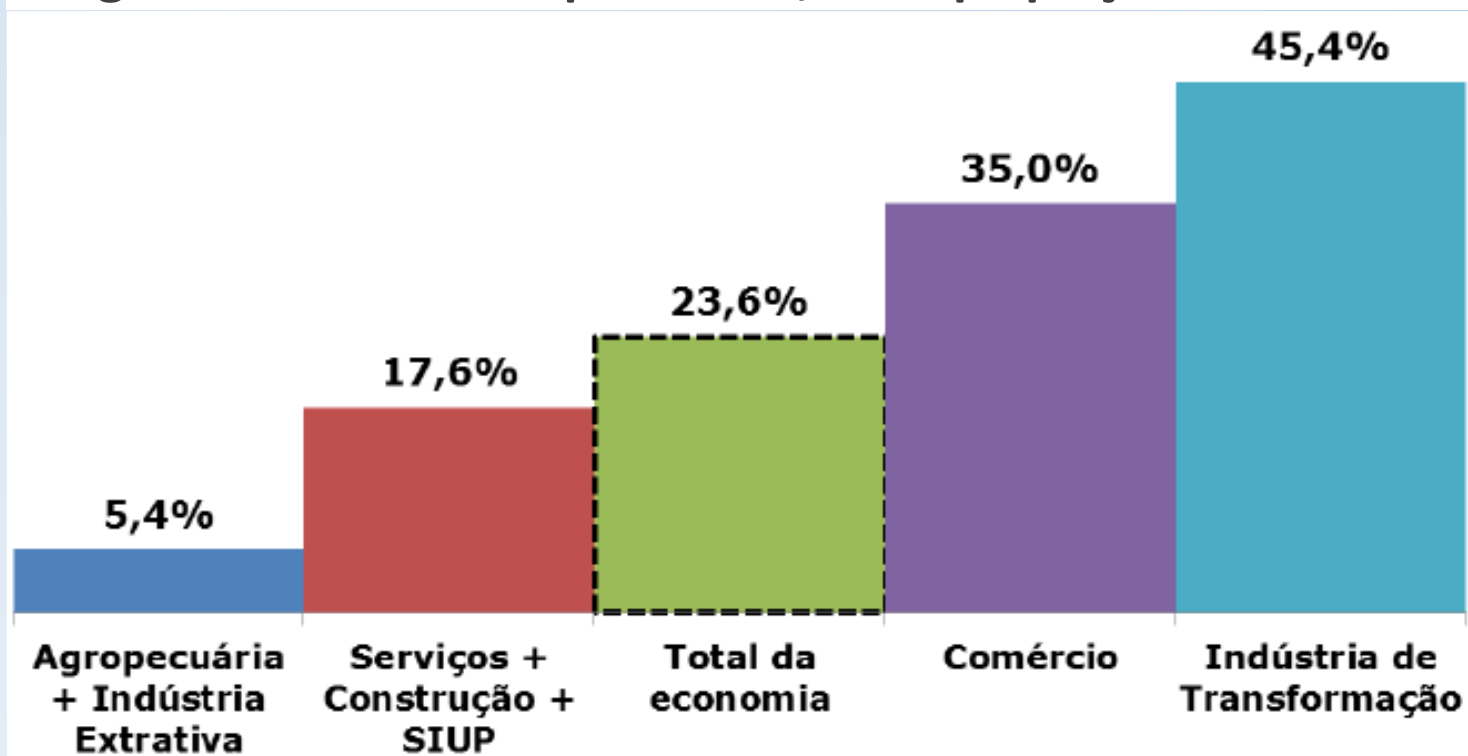
- **Tributação sobre a indústria: elevada, complexa e custosa;**
- **Infraestrutura deficiente;**
- **Legislação trabalhista complexa e onerosa e que vem encarecendo o custo do trabalho.**

*Reformas / medidas sugeridas:*

- *Reforma na tributação para eliminar a cumulatividade de impostos;*
- *Simplificação tributária;*
- *Atração de investimentos para o programa de concessões em infraestrutura;*
- *Revisão da legislação trabalhista para simplificar e estabelecer que o negociado prevaleça sobre o legislado.*

# Carga Tributária da Indústria

Carga tributária brasileira por setores, como proporção do PIB - 2012



Setores	2009	2010	2011	2012	2009 - 2012 em p.p.
Serviços + Construção + SIUP	15,9%	16,5%	17,4%	17,6%	1,6
Indústria de Transformação	38,3%	40,2%	43,7%	45,4%	7,1
Comércio	30,7%	32,7%	34,1%	35,0%	4,2
Agropecuária + Extrativa	6,2%	6,8%	6,5%	5,4%	-0,8
<b>Total da economia</b>	<b>21,7%</b>	<b>22,6%</b>	<b>23,6%</b>	<b>23,6%</b>	<b>1,9</b>

**Moeda valorizada por prolongado período e taxa de juros muito elevada foram fatores que prejudicaram a competitividade da nossa produção.**

Com a maior coordenação da política fiscal e monetária, o câmbio não deverá ser usado como instrumento de controle inflacionário.

Isto deve garantir maior competitividade da economia e atratividade dos investimentos voltados à exportação.

Dentre os fatores determinantes da crise industrial relativos propriamente à indústria, destacam-se:

- A baixa capacidade inovadora;
- O retrocesso da produtividade.

- *Segundo a OCDE, a produtividade do trabalho no Brasil aumentou 0,9% no período 2008/2013; na China e EUA a evolução no mesmo período foi de 8,4% e 1,4%.*
- *A indústria e segmentos de menor dinamismo do setor de serviços são destacados determinantes da baixa produtividade brasileira.*
- *O investimento em P&D no Brasil corresponde a 1,2% do PIB, enquanto na China é de 2%, 2,8% nos EUA e 4% na Coreia do Sul.*
- *A participação do setor privado no total de inversões em inovação é significativamente menor no Brasil do que nesses países.*

# O desafio da indústria



- Segundo a consultoria McKinsey, a renda *per capita* brasileira de US\$ 12 mil, é apenas a 95<sup>a</sup> entre 180 países.
- Uma evolução como 4,5% ao ano do PIB seria necessária para duplicá-la em duas décadas e permitir que o país alcance a 79<sup>a</sup> posição na escala global.
- Caso venhamos a repetir o desempenho das duas últimas décadas (aumento médio anual do PIB de 3,2%), veremos o Brasil regredir para a 104<sup>a</sup> posição.

# O desafio da indústria



*O objetivo de elevar o crescimento terá maior viabilidade se o Brasil contar com um setor industrial com dinamismo equivalente ou superior à média da economia.*

*Este é o desafio da indústria brasileira.*

O novo ciclo de desenvolvimento industrial pressupõe o abandono da postura defensiva e de proteção e a adoção de firme e conseqüente abertura para os mercados globais.

- Países emergentes de maior sucesso procuraram assegurar a capacidade de gerar inovações e ganhos de produtividade por meio de maior vinculação de suas economias com a economia mundial.
- Estratégias apoiadas em incentivos e proteção permanentes não desenvolvem estruturas empresariais capazes de gerar aumentos de produtividade e de concorrer em mercados abertos.



- *É necessário articular as políticas industrial e de inovação com a nova política de comércio exterior, hoje inexistente.*
- *Isto significa muito maior participação do país nas exportações e importações mundiais com integração da produção brasileira nas cadeias globais de valor.*
- *A maior integração permitirá ao Brasil seguir as tendências do desenvolvimento tecnológico e do novo desenho da indústria mundial que exige alta complementariedade de fornecedores de bens e serviços originados em diversos países do mundo.*

# Cinco pontos da nova política de comércio exterior

- *Potencializar a internacionalização das empresas brasileiras.*
- *Ampliar a integração da empresa internacional presente no Brasil com a nova política.*
- *Revisão tarifária responsável e de longo prazo para remoção de distorções (como taxação excessiva dos bens intermediários), com redução da média tarifária ao longo do tempo.*
- *Acordos comerciais com os principais blocos para facilitar importações e abrir mercados de exportação.*
- *Ampliação da integração produtiva e de comércio exterior com a América do Sul, em geral, e não apenas com o Mercosul.*

**Uma agenda de produtividade deveria ser concebida para o Brasil, envolvendo toda a complexidade que o tema exige.**

- Ganhos de produtividade decorrem de uma multiplicidade de fatores associados ao investimento, seja na educação, na formação profissional, infraestrutura e modernização empresarial.**
- No caso brasileiro, em vários aspectos a legislação obstrui o empreendedorismo, de forma que uma importante melhora na produtividade pode ser alcançada com medidas simplificadoras e uniformizadoras no âmbito fiscal, trabalhista e ambiental.**

*Em vários temas poderia ser aplicada a simplificação de normas e regulamentos para estimular o ambiente de negócios e o empreendedorismo, a exemplo do que fizeram com êxito países como Chile, Colômbia e Peru.*

*Diversos desses pontos são independentes do processo legislativo e não têm impacto fiscal.*

- A título de exemplos, poderiam ser avaliadas a uniformização de alíquotas de impostos e a simplificação tributária mediante a adoção de regras horizontais para os diversos setores.*

*O setor privado poderia participar na formulação desta agenda de produtividade para o País e na definição de políticas concretas de simplificação e facilitação de negócios.*

# Revisão e transparência dos programas

Necessidade de revisão em profundidade dos programas que, de forma excessiva, demandam incentivo fiscal, proteção e requisito de “conteúdo nacional”.

- Quando não são bem formulados esses programas elevam custos e reduzem a produtividade do conjunto da economia.
- Políticas de proteção e de conteúdo local somente são efetivas enquanto constituem casos especiais e não a regra da política industrial.

*As políticas que demandam incentivos e mecanismos de proteção devem:*

- estabelecer prazos para seu início e término;*
- ter seus custos estimados e devidamente aprovados nos orçamentos públicos;*
- ser objeto de periódicas avaliações de resultados.*

Mesmo sendo observados os requisitos de transparência e avaliação, as políticas setoriais sempre que possível devem ser evitadas em prol de políticas mais gerais.

Assim, a política industrial deve estar largamente apoiada em políticas horizontais.

# Critérios para as políticas setoriais



*Alguns critérios podem servir de guia na execução de eventuais políticas setoriais, tais como:*

- Prioridades para as bases das cadeias produtivas e não aos bens finais de consumo, visando reduzir os custos dos insumos básicos para padrões internacionais.*
- Apoiar setores da indústria e serviços associados com elevado impacto econômico-social e para a modernização industrial, a exemplo de petróleo e o complexo de saúde.*
- Reforçar as ações com grande capacidade de complementação ou integração com outras políticas onde já estão constituídos padrões de excelência e de produtividade, como agroindústria e etanol.*



# Governança pública

Para dar consistência e maior eficácia às ações que precisam ser articuladas nos campos da política de comércio exterior, política de inovação e política industrial, será requerida adequada governança pública.

Além de uma maior articulação, as políticas de desenvolvimento carecem também de maior transparência e mecanismos de avaliação de programas.

# Governança pública

Uma medida relevante consistiria na criação, no mais alto nível do governo, de uma Comissão de Produtividade, termo importante para simbolizar o foco do conjunto das políticas, que deve ser o aumento da eficiência da produção nacional buscando padrões internacionais.

# Governança pública

A Austrália vem obtendo êxito desde que criou em 1998 a “Comissão de Produtividade”, ligada ao Tesouro daquele país, sendo porém uma agência independente.

Tem por objetivo elaborar estudos e encaminhar recomendações ao governo para melhorar a produtividade e o desempenho da economia.

Promove a simplificação regulatória, o desenvolvimento de setores competitivos e eficientes e atua para facilitar mudanças estruturais e assegurar o desenvolvimento sustentável.

A Comissão toma como princípio básico que todas as políticas devem se preocupar com o bem estar da população como um todo e não com os interesses particulares de grupos ou setores.